

Previdência adicional vai melhorar a aposentadoria

Cássia Maria

BRASÍLIA— A perda do poder aquisitivo da classe média brasileira tornou-se, nos últimos meses, uma das grandes preocupações do Ministério da Previdência e Assistência Social, que, em face disso, já definiu como uma de suas principais metas a criação da Previdência Complementar Pública.

Para melhorar a vida do cidadão de classe média, que hoje tem o maior valor de sua aposentadoria fixado em CZ\$ 64 mil, o MPAS criará um sistema parecido com o da previdência privada, dando-lhe a oportunidade de complementar o seu benefício. A Previdência Complementar Pública, cujos estudos serão encaminhados ao Congresso Nacional, para inclusão na lei ordinária, atenderá facultativamente os aposentados.

Os critérios de contribuição para o novo sistema ainda não foram definidos pela Previdência. O ministro Renato Archer confirmou que a nova fórmula para a aposentadoria, aprovada pela Constituinte, calculada sobre os últimos 36 meses de salário de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, também beneficiará a classe média e as pessoas de menor renda.

“Sem essas novas fontes de financiamento que a Constituinte aprovou, dificilmente qualquer tipo de aumento seria viável. Além disso, estamos processando uma reforma administrativa destinada a reduzir os custos da Previdência e o número de funcionários. Como consequência, obteremos mais eficácia no atendimento ao beneficiário”. — garantiu o ministro.

Durante os últimos sete meses, o ministro Renato Archer trabalhou para reduzir a influência do fisiologismo político dentro da Previdência Social, demitindo aqueles cuja nomeação foi consequência de pressões importantes: “Quando assumi o ministério, o Iapas tinha oito superintendentes que foram indicados por políticos. Atualmente, apenas dois continuam trabalhando conosco, porque esta não é uma atividade que interesse aos políticos”, sustentou o ministro.

Segundo Archer, as demissões são do conhecimento do presidente José Sarney e foram adotadas para manter o equilíbrio financeiro da Previdência num instante econômico difícil. Para o preenchimento de cargos do Inamps, o ministro da Previdência confirmou não ter atendido a pedidos políticos porque o

Instituto estava em processo de contenção de gastos e de encargos.

Para o Funrural, que trata da aposentadoria dos trabalhadores rurais e cujos agentes continuam sendo verdadeiros cabos eleitorais a serviço de políticos, Renato Archer não nomeou ninguém. Durante a administração de Rafael de Almeida Magalhães, cerca de 20 pessoas eram nomeadas diariamente para o Funrural.

Pela primeira vez desde que assumiu o Ministério da Previdência Social, em outubro do ano passado, o ministro Renato Archer admitiu deixar a pasta logo após a promulgação da nova Constituição. No entanto, Archer poderá rever sua decisão, se considerar as inúmeras manifestações de apoio — também da parte de políticos do PFL, como o deputado Sarney Filho (PFL-MA) e de políticos ligados ao presidente Sarney, como o governador do Maranhão, Epiácio Cafeteira — que vem recebendo para que permaneça no cargo.

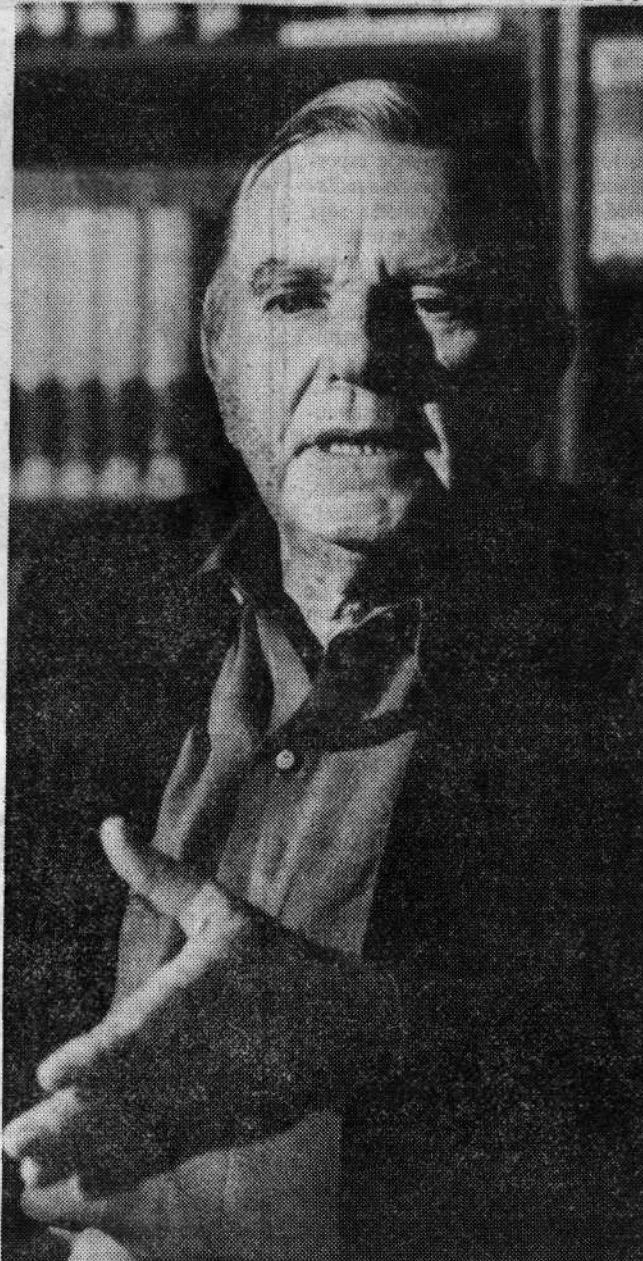
Alvo político das recentes críticas lançadas pelo PFL, que o acusa de estar transferindo as verbas do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), para os governadores do PMDB, o ministro, íntimo do deputado Ulysses Guimarães, ressaltou que, embora não esteja agradando a muitos parlamentares, a política executada à frente do ministério é a política do próprio presidente José Sarney.

“Minha missão estará cumprida no dia em que a Constituição for promulgada. Eu imagino que meu sucessor dará continuidade à política dos outros três ministros anteriores a mim: Waldir Pires, Rafael de Almeida Magalhães e eu”, acredita Archer.

O ministro Renato Archer confirmou ter enfrentado dificuldades para executar a política de descentralização da saúde no país. Falta apoio, principalmente “da parte daqueles que querem apenas assumir o poder, ampliar seus poderes e sua área de atuação”.

A execução do Suds — que consiste em transferir recursos (antes concentrados no Inamps) para estados e municípios, sob a administração das secretarias estaduais de saúde — não é uma criação exclusiva do ex-ministro Rafael de Almeida Magalhães e do próprio presidente Sarney. Para Renato Archer, “o Suds é a bandeira da política de saúde deste governo, que está sendo implementada com decretos constantes. É possível transferir CZ\$ 1 trilhão 226 bilhões para estados e municípios sem que o presidente da República esteja de acordo?”, indaga.

José Roberto Serra/4-8-87



Da Constituinte, Archer gostou do fim dos indigentes sem assistência médica e achou ruim pagar a deficientes físicos e idosos

Archer contabiliza perdas

O Ministério da Previdência e Assistência Social angariou vitórias e amargou derrotas até agora na Constituinte. No primeiro rol, o ministro Renato Archer incluiu o fim da figura do indigente brasileiro (agora todo e qualquer cidadão poderá ser atendido nos hospitais públicos, seja contribuinte ou não da Previdência Social). Mas não concorda com o pagamento de um salário mínimo aos deficientes físicos e idosos — medida inesperada —, que não dispõem de recursos para sobreviver.

“O problema de conceder um benefício como este, sem conhecer o seu custo, é, no mínimo, uma ameaça àqueles realmente carentes e que vivem à custa da Previdência”, criticou Archer.

Por conta disso, a Previdência Social estima em cerca de 600 milhões de dólares a despesa mensal com estes novos beneficiários. Para reduzir o impacto que a medida causará aos cofres do MPAS, a Previdência prepara agora um estudo, a ser encaminhado aos constituintes, provando que a medida compromete o orçamento do ministério. “Estamos trabalhando para conseguir reduzir, através de uma emenda, o impacto disso, colocando em termos mais racionais essas tentativas menos emocionais de atender as pessoas.”

O ministro criticou ainda a decisão da Constituinte em reduzir a aposentadoria por tempo de serviço para os professores de 1º e 2º graus. A Constituinte assegurou a aposentadoria aos 25 anos de serviço para as professoras e, aos 30, para os professores. “Não estamos contra os

professores, mas entendemos que a medida deveria também ser estendida a outras categorias, cuja atividade e desgaste chegam a ser superiores aos dos professores”, argumentou o ministro.

A partir de 1º de junho, a Previdência Social estará trabalhando na emissão de um novo carnê de pagamento para seus beneficiários. O carnê será anual, contendo apenas o nome dos beneficiários. O ministro Renato Archer explicou que a própria Previdência Social informará aos bancos os valores a serem pagos. “Todo mês nós informaremos aos bancos cada valor correspondente à cor dos carnês. Essa medida vai permitir o esvaziamento dos postos de atendimento da Previdência, que, conseqüentemente, ganharão um ritmo de trabalho mais humano.

Pelo mecanismo atual de pagamento aos aposentados e pensionistas, a Previdência gastava CZ\$ 100 milhões por mês com a emissão de carnês impressos em empresas estrangeiras.

“A medida vai permitir, também, que a Previdência movimente a conta bancária criada com os proventos de aposentados que não compareciam aos bancos para retirá-los, além de permitir a identificação desse saldo bancário”, afirma o ministro.

Os novos carnês, segundo o ministro, contribuirão também para acabar com o atraso do pagamento, de até 90 dias, dos 12 milhões de aposentados do país. (C.M.)